
Em Busca do Conceito de Linha de Pesquisa

Jairo Eduardo Borges-Andrade

RESUMO

No texto pretende-se definir o conceito de linha de pesquisa. Para chegar a esta definição, é feita uma discussão a respeito dos seus elementos componentes, extraindo tais elementos de trechos de diálogos feitos com dois pesquisadores e um técnico com experiência nas áreas de gestão de ciência e tecnologia e de pós-graduação, e analisando significados descritos em dicionários. É proposta uma definição com característica metafórica, mas incluindo quatro elementos essenciais que permitem a sua operacionalização. Em seguida, o conceito é testado, sendo levado em conta o seu uso em programas de pós-graduação, em grupos de pesquisa e em *curricula vitae* de pesquisadores, nos contextos do CNPq e da CAPES. Finalmente, o conceito de linha de pesquisa é comparado com os conceitos de área de concentração e projeto de pesquisa, e é apresentado o argumento de que ele precisa ter uma natureza institucional e não individual.

Palavras-chaves: linha de pesquisa; grupo de pesquisa; programa de pós-graduação; área de concentração; projeto de pesquisa.

ABSTRACT

The text aims at defining the concept of research line. In order to reach at such definition, the author discusses its component elements, by extracting these elements from dialogues he has made with two researchers and a technician who have experiences in the areas of science and technology and graduate program management and by analyzing dictionary meanings. A definition with a metaphorical feature is proposed, but including four essential elements which allow for its operationalization. Following, the concept is tested, by taking into account its use in graduate programs, in research groups and in researchers *curricula vitae*, within CNPq and CAPES contexts. Finally, the concept of research line is compared with the concepts of graduate major area and research project and it is argued that the nature of this concept must be institutionally rooted, rather than individually rooted.

Key words: research line; research group; graduate program; graduate major area; research project.

Fui convidado pelo Professor Tomás de Aquino Guimarães, Editor da Revista de Administração Contemporânea (RAC), da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD), para escrever um ensaio explorando conceitos, bem como estratégias e dificuldades, relativos à formação e ao desenvolvimento de grupos e linhas de pesquisa, com ênfase em Administração, Contabilidade e Turismo, que formam a área de Administração junto ao Sistema Nacional de Pós-Graduação da Capes. Segundo o Professor Tomás de Aquino, esta ênfase não significaria que eu não poderia transitar por outras áreas. O meu texto seria posteriormente submetido a outras pessoas, para comentários e críticas, com direito a réplica de minha parte.

Do Professor Roberto Costa Fachin, Editor Associado da RAC, veio a lembrança de que, além do aspecto mais propriamente teórico, seria apropriado se pudessem ser recuperados alguns comentários feitos nas avaliações anuais da Capes sobre quantidade de professores nas linhas de pesquisa, por exemplo. Ele teria falado com o Professor Jaime Evaldo Fensterseifer, que concordara em escrever uma réplica, embora acreditasse na possibilidade de concordar com tudo que fosse dito aqui e, portanto, de que poderia ter pouco a acrescentar. Ao Professor Jaime, desde já, meus agradecimentos pela confiança (excessiva!) em mim depositada.

A Resolução CFE n. 05, de 10/03/83, que fixa normas de funcionamento e credenciamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, estabelece em seu Artigo 4º que:

“A implantação de um curso de pós-graduação dever ser precedida da existência de condições propícias à atividade criadora e de pesquisa, aliando-se disponibilidade de recursos materiais e financeiros às condições adequadas de qualificação e dedicação do corpo docente nas áreas ou linhas de pesquisa envolvidas no curso”.

No seu Artigo 6º, esta mesma Resolução determina que o pedido de credenciamento de curso de pós-graduação será acompanhado de relatório sucinto do curso, do qual constará, entre outros, a

“relação dos docentes responsáveis pela orientação de dissertações, teses ou trabalhos equivalentes, cuja qualificação será comprovada pela formação acadêmica, com a titulação correspondente, e pela produção científica ou atividade criadora, devendo ser explicitadas as linhas de pesquisa em que atua cada orientador”.

Durante a minha gestão como representante da área de Psicologia na Capes, em posição equivalente à do Professor Jaime na área de Administração, detectei muitos problemas com a questão relativa à quantidade de docentes e de projetos em linhas de pesquisa e com aquilo que muitos Programas de Pós-Graduação descreviam como sendo suas linhas de pesquisa. Na ocasião, meu próprio Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na Universidade de Brasília, debatia questão similar, visando a realizar ajustes solicitados pela Capes. Em discussões com representantes de outras áreas de ciências humanas nesta Agência, foi fácil constatar a existência de problemas equivalentes.

O Professor Paulo Rogério Meira Menandro, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que me sucedeu na coordenação da área de Psicologia na Capes, afirma que

“muitos docentes/pesquisadores brasileiros têm que se situar em relação a uma ou a algumas linhas de pesquisa em três esferas: como membros de um Programa de Pós-Graduação, como membros de um Grupo de Pesquisa, e no registro de seu próprio curriculum vitae. Entendo que seria bastante razoável esperar que esses conjuntos de linhas de pesquisa relacionados entre si (as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação, aquelas do Grupo de Pesquisa que reúna docentes de tal Programa, e aquelas registradas nos curricula vitarum destes mesmos docentes), se apresentassem circunscritos a um mesmo âmbito temático ou teórico, considerados limites sem excessiva rigidez. Em outras palavras, mesmo não havendo justificativa para supor que as linhas de pesquisa dos Programas, dos Grupos e dos Pesquisadores apresentassem completa coincidência ou superposição, é aceitável esperar que existam inúmeros pontos de contato entre elas, caracterizando, no mínimo, uma configuração de imbricação. [...] não disponho, ainda, dos dados que possam confirmar ou infirmar tal expectativa. [...] Tenho algumas informações pontuais, no entanto, que permitem imaginar que, em muitos casos, não existe nem mesmo superposição parcial entre esses diferentes conjuntos de linhas de pesquisa.

Essa possibilidade da qual estou falando, a de considerar a noção de linha de pesquisa imprecisa por referir-se a diferentes níveis de especificação é, de certa forma, reconhecida pela estrutura do modelo de currículo implantado pelo CNPq. Quando se cobra indicação de área de conhecimento, subárea, especialidade, setor de aplicação, linhas de pesquisa, e palavras-chave, parece estar implícita a admissão de que só será possível a completa compreensão das atividades de pesquisa de alguém em particular quando todos esses elementos são considerados. É

importante lembrar que cada pesquisador, em seu currículo individual, tem completa liberdade de especificar as linhas de pesquisa às quais está vinculado, não existindo um arquivo de linhas de pesquisa em relação ao qual deve se situar, nem existindo vinculação automática entre seu currículo individual e o Diretório de Grupos de Pesquisa ou entre seu currículo e as linhas do Programa de Pós-Graduação que, eventualmente, o abrigue”.

Decidi manter o foco do presente texto na questão que considero essencial, que é a de tentar definir o conceito de linha de pesquisa, embora esta expressão pareça ser bastante mencionada (e pouco compreendida): no mês de abril de 2003, em diferentes dias, buscas no *site* Google Brasil com a expressão **linha de pesquisa**, me levaram a 42.500 resultados em páginas da Internet e a 511 títulos de páginas da Internet. Numa análise por amostragem, verifiquei que predominam, nesses resultados, as páginas de universidades e de grupos de pesquisa. Na maioria das vezes, nessas páginas e em publicações impressas institucionais, as linhas de pesquisa são simplesmente transformadas em formas de organizar uma apresentação ou rótulos, ao invés de descreverem programas estabelecidos ou grupos de pessoas qualificadas e conjuntos de atividades estruturados que levariam à consecução de um fim justificado. É bastante provável, além disso, que tais **linhas de pesquisa**, numa quantidade bastante significativa de casos, nunca tenham passado por instâncias de discussão e aprovação institucionais.

A falta de precisão na definição do conceito de linha de pesquisa é provavelmente uma das causas dos problemas que mencionei anteriormente. Existem outras relacionadas à gestão de grupos, como foi bem lembrado pelo Professor Tomás de Aquino em seu pedido original, assim como à gestão dos indivíduos (e de suas vaidades) integrantes destes grupos. Como pesquisador justamente da subárea de comportamento humano nas organizações, no entanto, julguei mais prudente não tocar aqui nestas outras dificuldades, pois elas me obrigariam a escrever bem mais que um ensaio. E é provável que eu acabasse fugindo do que estaria sendo originalmente esperado do texto que me foi encomendado.

A razão mais forte para manter o foco do presente texto no nível conceitual, é o fato de que **linha de pesquisa**, apesar de sofrer sérios problemas de definição (ou de ausência de definição), se transformou numa unidade de análise para a avaliação de cursos e de propostas de cursos: são comuns os cálculos de projetos por linhas, pesquisadores por linhas, alunos por linhas, publicações e dissertações por linhas, linhas por grupos, linhas por área de concentração, linhas por curso etc. É sabido que uma medida, antes de ser usada, necessita de cuidadosa definição operacional. Mas, quando efetuamos a avaliação de nossos Programas de Pós-Graduação, muitas vezes nos esquecemos disso, como se fosse possível

uma prática de avaliação que pudesse ser desvinculada da prática da pesquisa que fazemos no nosso dia-a-dia.

Com a palavra, outra vez, o Professor Menandro, para descrever um dos efeitos disso e das exigências⁽¹⁾ daquela Resolução do CFE já mencionada:

“os Programas, na tentativa de se apresentarem com alguma unidade, definem linhas tão abrangentes a ponto de se tornarem pouco informativas sobre a pesquisa que, efetivamente, é desenvolvida em seus domínios. Em tais casos o termo linha de pesquisa se torna quase sinônimo de área de interesse ou área de concentração. É evidente que, muitas vezes, tal característica está associada à forma como os Programas se constituíram, reunindo pesquisadores que têm em comum a titulação, e não uma real proximidade sobre o que fizeram até então. Em tese, nas universidades com quadros docentes grandes e mais qualificados, existe maior chance de existirem linhas de pesquisa definidas de forma que não se confundem com áreas de interesse⁽²⁾. Em muitas delas existe, no caso da Psicologia, mais de um Programa de Pós-Graduação ou mais de uma Área de Concentração em um mesmo Programa, reunindo em cada um deles diferentes conjuntos de pesquisadores, constituídos a partir de afinidades temáticas ou teóricas (casos da USP, da USP-RP, da PUC/SP, da UnB, da UFRJ, da UFRGS)”.

A decisão de permanecer aqui no nível da discussão conceitual me permitirá não atender a demanda de colocar a ênfase do texto em Administração, Contabilidade e Turismo, áreas nas quais meu trânsito se limita à leitura de textos e à presença nos Encontros Anuais da ANPAD, mesmo assim com interesse concentrado em somente algumas subáreas da primeira dessas áreas. Apesar de autorizado pelo Professor Tomás de Aquino, decidi que tampouco transitaria demasiadamente por outras áreas, especialmente pela minha, a Psicologia, optando por uma abordagem mais **teórica**, como já tinha previsto o Professor Fachin, e me esquivando de mencionar os comentários feitos nas avaliações anuais da Capes, escudado pela excelente (e verdadeira!) desculpa de que não tenho acesso a eles. Assim, tendo tomado decisões que certamente estreitaram bastante o foco do que pretendo discutir aqui, além das limitações impostas pelo pouco conhecimento que tenho do assunto, com certeza deixarei um enorme espaço para comentários e críticas dos autores das réplicas e até para a minha posterior tréplica.

Ao docente e pesquisador brasileiro, a solicitação de descrição da sua (sua?) **linha de pesquisa** aparece atualmente em pelo menos três ocasiões em que precisa fornecer dados: no seu *Curriculum Vitae* (CV) da Plataforma Lattes do CNPq, no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e no relatório de seu

Programa de Pós-Graduação que é enviado à Capes. Não por acaso, mas de forma que pode ser problemática, o mesmo tipo de dado é solicitado, sem uma definição precisa e sem uma explicação relativa à equivalência (ou não) da expressão **linha de pesquisa**, em níveis bastante distintos: o individual, o de equipe e o organizacional. A mesma coisa deveria ser informada nos três níveis? Ou são coisas distintas? Se forem distintas, deveriam ter a mesma denominação, provocando grande confusão conceitual e promovendo a geração e disseminação de dados que podem não ser equivalentes? O que é linha de pesquisa?

Para atender a solicitação que me foi feita e tentar organizar algumas informações que possam ajudar um pouco a responder essas perguntas, decidi começar por uma revisão da literatura especializada e das definições que possam compor ou ser equivalentes ou estar nas vizinhanças ou próximas das fronteiras do conceito de **linha de pesquisa**. Contudo, em minhas buscas de material escrito ou de documentos publicados junto à Capes, ao CNPq e à representantes de algumas áreas, quase nada encontrei. Não estou com isto afirmando que tais textos inexistam. Mas, pelo menos junto aos que mais fazem uso prático da expressão, minha busca fracassou quase completamente.

No processo de busca de fontes documentais, consegui dialogar, pela Internet, com três pessoas que muito contribuíram, apresentando suas idéias e preocupações sobre o assunto: Luiz Miguel de Oliveira, Analista em C&T do CNPq; o Professor Reinaldo Guimarães, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), além de consultor do CNPq e coordenador geral do Diretório Geral dos Pesquisadores no Brasil; e o Professor Paulo Rogério Meira Menandro, da UFES, atual representante da área de Psicologia na Capes. Portanto, ao invés de aqui mencionar textos publicados, citarei os que comigo dialogaram e concordaram com a publicação do que escreveram em suas mensagens⁽³⁾.

Também muito me beneficiaram as conversas que tive com a Professora Mariza Monteiro Borges, aposentada da Universidade de Brasília (UnB) e minha esposa, que possui grande conhecimento da legislação e das bases filosóficas do ensino superior e que, além disso, me auxiliou na busca de materiais de consulta. Na procura de termos para formular definições, que serão apresentadas mais adiante, me apoiei em três dicionários, que evidentemente não trazem a expressão **linha de pesquisa** como verbete, mas que forneceram outras definições importantes para a delimitação do conceito: a segunda edição do Aurélio, a terceira edição do Koogan-Houaiss e a quarta edição do Caldas Aulete.

Incluo aqui um pouco da história contada pelo Professor Reinaldo, que pode ajudar o leitor a compreender melhor a natureza do contexto em que os problemas que descrevi ocorrem.

“Tenho tido uma aproximação ocasional e sempre utilitária com esta questão, a primeira vez em 1989, quando pretendi organizar uma base de dados de atividades de pesquisa dos docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (eu era pró-reitor de pesquisa e pós-graduação). Lembro que havia forte pressão para incluir um capítulo sobre “projetos em andamento”, ao lado do registro da produção científica, tecnológica e artística. Naturalmente, essa pressão era decorrente da então pequena produção efetivamente existente e a idéia de incluir “linhas de pesquisa em andamento” foi uma solução de compromisso entre meu ponto de vista e o dos responsáveis pela pressão. Meu argumento era que o registro de “projetos em andamento” incluiria uma proporção muito grande de práticas que não eram pesquisa ou que, se eram, nunca chegariam a nada. A idéia de “linha”, mais ampla/menos restrita, a meu ver poderia diminuir o erro [...] Internacionalmente, a idéia de “projeto de pesquisa” talvez seja mais utilizada do que a de ‘linha’”.

Acredito que outra força importante, impulsionadora do uso da expressão **linha de pesquisa** a partir da segunda metade da década de 80, foi o reconhecimento de que o processo contemporâneo de pesquisa deve ser coletivo e articulado institucionalmente, como forma de garantir sustentabilidade a muitas universidades e outras organizações congêneres. Deste modo, considerando legítima a necessidade de especificar linhas de pesquisa em um Programa de Pós-Graduação, para que públicos esta especificação deveria ser feita? Com a palavra, o Professor Menandro:

“entendo que o interesse principal de tal especificação deve ser o compromisso com a informação. Os alvos privilegiados dessa informação são: os que pretendem cursar pós-graduação; pesquisadores que queiram apresentar propostas para ingressar no quadro docente; indivíduos ou instituições interessados em contratar consultorias; avaliadores que precisem aferir a correspondência entre proposta e realizações do Programa para fins de classificação ou de liberação de recursos”.

Passemos agora aos dicionários, de onde pretendo livremente extrair elementos para propor uma definição. Uma **linha** é um traço contínuo de uma só dimensão, que separa duas coisas contíguas, ou um conjunto de pontos que dependem continuamente de um parâmetro. Mas também é um traço imaginário em determinada direção ou rumo. Esse traço, visível ou imaginário, limita um objeto e estabelece um contorno ou uma fronteira. Define tendência e estabelece regra de conduta ou norma baseada em convenções sociais. E provê orientação teórica adotada por grupo ou indivíduo. Uma linha também pode ser definida como prática de alguma atividade. Por outro lado, **pesquisa** é a busca minuciosa e

diligente para averiguação ou indagação da realidade. Refere-se à investigação e aos estudos por meio do recolhimento sistemático de dados ou elementos, com o fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento.

Desse modo, para definir uma **linha de pesquisa**, poderíamos adotar o conceito de um traço imaginário que:

- . determina o **rumo**, ou o que será investigado num dado contexto ou realidade;
- . limita as fronteiras do **campo específico do conhecimento** em que deverá ser inserido o estudo;
- . oferece **orientação teórica** aos que farão a busca; e
- . **estabelece os procedimentos** que serão considerados adequados nesse processo.

Como esta definição poderia ser comparada com aquelas do CNPq e da Capes? Começemos com a do CNPq, descrita por Luiz Miguel de Oliveira:

“o termo LINHA DE PESQUISA usado no âmbito do DGPB (Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil) é propositalmente ‘frouxo’ em sua formulação - pretende-se oportunizar ao líder do grupo um espaço genérico para apresentação da(s) linha(s) geral(is) de trabalho do grupo - em tese um detalhamento do ‘objetivo geral’ do grupo.

No entanto, uma ‘linha de pesquisa’ pode agregar diversos grupos - nestes casos, trata-se de uma abordagem mais ‘aberta’ para a expressão ‘linha de pesquisa’, que pode corresponder até mesmo a um amplo projeto transinstitucional, e pode ser compartilhada por diversos grupos de pesquisa.

Uma ‘linha de pesquisa’ pode fazer referência mais específica aos trabalhos do grupo - neste caso, limitada a um escopo bem mais restrito, com o objetivo de apresentar em maior grau de detalhe o trabalho desenvolvido, de forma que um único grupo de pesquisa pode ter várias ‘linhas de pesquisa’”.

Nesta definição, é possível identificar três dos quatro elementos essenciais do conceito de linha de pesquisa: objetivo, delimitação de escopo e referência a atividades de trabalho. Não há menção à orientação teórica da linha de pesquisa; mas, por outro lado, inclui uma noção interessante que aproveitarei mais adiante: a de **frouxidão** terminológica.

Na ajuda do programa ColetaCapes, que gera os relatórios dos Programas de Pós-Graduação, uma linha de pesquisa é definida como “um domínio ou núcleo temático da atividade de pesquisa do Programa, que encerra o desenvolvimento sistemático de trabalhos com objetos ou metodologias comuns”.

O problema desta definição é que ela permite a construção incompleta de uma linha de pesquisa: estabelece que um campo de atividade ou de trabalho deve ser delimitado; mas coloca como alternativas duas condições que deveriam estar necessariamente presentes: os objetos e as metodologias.

O ColetaCapes também indica que a cada linha de pesquisa podem ser associados vários projetos, e que linhas de pesquisa deveriam estar sob o domínio temático de uma área de concentração. Portanto, existiria uma espécie de hierarquia, que do geral para o específico compreenderia: área de concentração, linha e projeto de pesquisa. Mas o que diferencia uma da outra? Sugiro que seja utilizado um *continuum* de **frouxidão** progressiva, sendo o nível inferior ou mais específico o de projeto, o mais bem definido. Começemos pelo nível de **área de concentração**, o mais geral. O Parecer 977/65 do CFE a define como um campo específico de conhecimento, que constituirá o objeto de estudos escolhido pelo candidato à pós-graduação.

Mas voltemos aos dicionários. Uma área é um espaço aberto ou campo, delimitado por algo maior que ele ou contido no interior de algo que tenha maior âmbito. Se essa área é **de concentração**, deve agrupar ações e fazê-las convergir para um centro, de modo a adensar, fortalecer ou tornar mais ativo determinado domínio de conhecimento. Assim, uma **área de concentração** deve compreender um campo bem delimitado de certo(s) ramo(s) de conhecimento(s), atividade(s) ou competência(s). No caso da pós-graduação, o que é maior do que uma área de concentração (ou que pode incluí-la), pode ser um Programa, se este tem várias áreas de concentração, ou uma unidade organizacional como um departamento, instituto ou faculdade. Menor do que uma área de concentração seria uma linha de pesquisa. Mas o que diferencia as duas? Parece que o conceito de **área de concentração** admite parte das atribuições de **linhas de pesquisa**: **sempre limita as fronteiras** do espaço, mas nunca estabelece simultaneamente os rumos da pesquisa, a orientação teórica e os procedimentos.

Assim, o conceito de área de concentração é mais frouxo do que o de linha de pesquisa. E como este se compara com o de projeto? Em primeiro lugar, este tem todas as características das linhas: rumo, orientação teórica, procedimentos e fronteiras. Além disso, projetos bem elaborados especificam cuidadosamente os recursos que serão usados para alcançar seus objetivos, tais como docentes, pesquisadores, alunos, técnicos, equipamento e financiamento. Linhas de pesquisa, neste sentido, especificam os projetos nelas contidos; mas a agregação ou

combinação deles muito raramente permitiria a consecução dos objetivos e finalidades de uma linha de pesquisa, que são formulados em longo prazo, enquanto isto é geralmente uma premissa de projetos bem elaborados. Devo lembrar, além disso, que projetos de pesquisa podem existir fora do âmbito de linhas de pesquisa. O próprio programa ColetaCapes sabiamente prevê essa possibilidade.

De acordo com a indicação da Capes acima mencionada, linhas de pesquisa **podem** ter vários projetos. Julgo que este é outro elemento daquela concepção que acaba por enfraquecê-la, pois uma linha de pesquisa que inclui somente **um** projeto, acabará sendo simplesmente um projeto de pesquisa. Outra condição, que necessariamente extinguirá uma linha de pesquisa, é a questão da produtividade: se for minúscula ou irrelevante a produção científica e tecnológica dos projetos e das pessoas incluídas numa linha de pesquisa, esta efetivamente não existe⁽⁴⁾. Do mesmo modo, se uma área de concentração em um Programa de Pós-Graduação tem baixa produtividade científica e tecnológica ou não forma pesquisadores de maneira eficiente, ela não sobreviverá⁽⁵⁾.

Projetos de pesquisa, componentes mais específicos desta hierarquia de três níveis, podem certamente pertencer a pesquisadores. E estes podem possuir linhas de pesquisa? Ou áreas de concentração? Começemos outra vez por este nível mais geral: a resposta é **não**. Ou voltaríamos aos tempos das cátedras nas universidades. E quanto a linhas de pesquisa? Se tiverem os atributos que já discuti aqui e se agregarem projetos tal como prevê a Capes, linhas de pesquisa são **figuras institucionais** e não individuais. Nesse sentido, Programas ou áreas de concentração, como unidades institucionais, possuem (ou contêm, ou encerram) linhas de pesquisa. Mas pesquisadores não podem (ou não deveriam) possuir (ou conter, ou encerrar, ou deter, ou ter a posse de) linhas de pesquisa. Em primeiro lugar, não poderiam **conter** ou **encerrar**, pois indivíduos são unidades menores ou constituem um nível inferior de análise. Em segundo lugar, não poderiam **deter** ou **ter a posse**, pois outra vez estariam seguindo o modelo de cátedras extinto (extinto?) no Brasil.

Façamos um parêntese para falar de grupos de pesquisa. Tal como um Programa ou uma área de concentração da pós-graduação, eles poderiam igualmente possuir linhas de pesquisa. Suas características transcendem (ou deveriam transcender), por agregação ou combinação, o nível individual e eles poderiam ser igualmente considerados como figuras institucionais. Adiciono aqui, para esclarecimento, o conceito de grupo de pesquisa descrito por Luiz Miguel de Oliveira, do CNPq:

“note que mesmo a unidade fundamental de análise e fundamentação do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - o conceito de GRUPO DE PESQUISA - é propositalmente ‘frouxo’, ainda que claramente delimitado e facilmente reconhecível:

- . Deve existir uma liderança reconhecida interna e externamente ao grupo;
- . Deve existir um objeto de estudos que agregue os esforços do grupo;
- . Deve existir o compartilhamento de instalações, equipamentos e métodos;
- . Deve existir produção decorrente dos trabalhos do grupo.

Assim, um Grupo de Pesquisa pode agregar os esforços de amplos setores institucionais, ou mesmo interinstitucionais, reunindo dezenas de pessoas - mas pode também ser constituído por um pesquisador trabalhando isolado, o que não é raro em especial no caso das Ciências Sociais e Humanas⁽⁶⁾”.

Em seguida, acrescento os comentários do Professor Menandro. Eles podem nos auxiliar na compreensão de algumas das razões pelas quais a discussão sobre linhas de pesquisa, no contexto do CNPq, até agora não se tornou uma questão tão problemática quanto no contexto da Capes.

“Quando são definidas linhas de pesquisa no processo de constituição de um Grupo de Pesquisa existe possibilidade mais concreta de levar em conta as similaridades no conhecimento produzido pelos membros de tal grupo. Isso é possível já que a unidade que o grupo deve evidenciar é mais visível, uma vez que o ponto de partida é um conjunto menos diversificado de pesquisadores, além de não existir exigência de um conjunto mínimo de docentes/ pesquisadores indispensável para viabilizar a proposta, tal como existe na criação de Programas. Isso pode significar que as linhas de pesquisa, tal como especificadas na proposta de Grupos de Pesquisa, são mais informativas sobre o que, de fato, seus componentes fazem. Como não está em jogo a sinalização para os interessados em formação pós-graduada (o que é indispensável no caso dos Programas), fica mais fácil fugir da especificação de linhas de pesquisa muito gerais. No caso dos Grupos de Pesquisa talvez se possa dizer que a noção de linha de pesquisa corresponde ao conjunto de palavras-chave mais freqüentemente usadas nas descrições das produções dos envolvidos.

É evidente que o quadro suposto acima tem relação com características da área de conhecimento que esteja em tela. O espaço para linhas de pesquisa quase idiossincráticas é menor em alguns setores do conhecimento, até mesmo pela menor dispersão teórica e metodológica que costuma estar em jogo. A crítica de que diversos Programas reproduzem definições de linhas de pesquisa consolidadas em Programas estrangeiros, num processo de rendição irrefletida ao critério da internacionalização, também não atinge com o mesmo impacto todas as áreas de conhecimento”.

Os dois comentários anteriores, feitos por Luiz Miguel e pelo Professor Menandro, sugerem que a questão das linhas de pesquisa pode ter graus diferentes de problematização nas duas Agências governamentais mencionadas. Além disso, sugerem que ela sofre uma diferenciação, resultante da área de conhecimento à qual estariam sendo solicitadas as definições de linhas de pesquisa.

Mas fechemos o parêntese que abri para falar de grupos de pesquisa e retornemos à discussão que provoqueei, quando perguntei sobre a propriedade de linhas de pesquisa serem atribuídas a pesquisadores. Estes, enquanto pessoas, só podem possuir **interesses** de pesquisa. Voltemos ao dicionário e lembremos do que estamos falando, quando mencionamos **interesses**: sentimentos de zelo e simpatia, expressões de curiosidade, preocupação e pretensão, atos que sugerem desejo, paixão, atração, atenção cultivada e intenção dirigida. Essas são todas características humanas e que se aplicariam adequadamente para descrever os interesses que um pesquisador, como pessoa, tem por certos tópicos ou temas de pesquisa. Eu preferiria não confundir **interesses** com **linhas** de pesquisa. Eles têm características essenciais muito distintas delas, mas nem piores e nem melhores do que elas. Em outras palavras, gente é gente e tem interesses de pesquisa; instituição é instituição e tem linhas de pesquisa⁽⁷⁾.

No entanto, a confusão infelizmente existe e o Professor Menandro é muito feliz em sua descrição (ou explicação?) para o fenômeno: “nos currículos individuais entra em jogo o interesse em demarcação de territórios, o que gera, muitas vezes, a especificação de linhas de pesquisa que mencionam pormenores dispensáveis, o que as torna quase exclusividade do pesquisador. Em tais casos, aumenta a chance de que linha de pesquisa apareça como equivalente a projeto de pesquisa”.

Pesquisadores com frequência listam **suas** linhas de pesquisa, sem qualquer preocupação com fazê-las equivalentes às linhas de seus Programas de Pós-Graduação ou grupos de pesquisa. Na verdade, eles estão listando seus interesses pessoais de pesquisa. Já discuti isto com colegas docentes. Eles geralmente **sacam**⁽⁸⁾ o caso do *Curriculum Vitae* (CV) da Plataforma Lattes do CNPq como “argumento de autoridade”. Contudo é bom lembrar o que está, neste caso, sendo efetivamente mencionado, copiando o que existe na ajuda do programa do CV-Lattes: “linhas de pesquisa representam temas aglutinadores de estudos técnico-científicos que se fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam projetos cujos resultados guardam relação entre si”.

Não me parece que tal definição seja uma arma de defesa ou escudo apropriado, pois ela não especifica o nível para o qual se aplica: indivíduo, equipe ou organização? Preferiria acreditar que o correto seria esperar que o pesquisador

informasse, naquele campo, os nomes das linhas de seu grupo de pesquisa ou de seu Programa de Pós-Graduação. Mas esta expectativa não está formulada no programa⁽⁹⁾.

Concluindo, espero ter contribuído, no sentido de justificar, discutir e depois propor um conceito para linha de pesquisa. Ao fazer isto, fui evidentemente obrigado a desenhar as fronteiras que este conceito tem com os conceitos de projeto de pesquisa e de área de concentração, o que me levou a propor um contínuo, que estabeleceria uma hierarquia entre esses conceitos. Na concepção que defendo aqui, espero ter deixado bem claro que linhas de pesquisa são empreendimentos nos níveis de equipe ou organizacional, enquanto projetos pertenceriam a indivíduos ou equipes. Áreas de concentração seriam empreendimentos organizacionais.

Deixo ao leitor algumas reflexões do Professor Menandro. Elas são muito apropriadas para finalizar o presente texto, sem deixar a impressão de que o meu objetivo seria o de considerar bem rematado e costurado um assunto, que me parece bastante controvertido.

“Do ponto de vista do funcionamento do Programa, a definição de linhas de pesquisa não pode ter influência no sentido de cercear a liberdade criativa ou a experimentação de novos caminhos que se mostrarem promissores, até mesmo em virtude de identificação de expressiva demanda por uma especialidade não prevista na proposta original de criação do Programa. Exatamente por isso, a desativação de linhas de pesquisa e a criação de outras são procedimentos encarados com naturalidade, e explicitamente previstos na burocracia da Capes. A especificação de linhas de pesquisa muito abrangentes também não vai alterar a natureza das atividades de pesquisa efetivamente desempenhadas pelos pesquisadores do Programa. Tal tipo de especificação, portanto, não vai garantir maior coesão ou homogeneidade no Programa”.

NOTAS

¹ Que fique bem clara aqui a minha posição favorável ao cumprimento daquelas exigências, com as quais concordo tecnicamente, independentemente de se constituírem normas que devam ser seguidas pelas coordenações de áreas de conhecimento na Capes.

² Infelizmente, muitas vezes já observei esta tese do Professor Menandro ser contrariada exatamente

nos contextos de programas com quadros docentes grandes e muito qualificados. Mas não pretendo aqui lançar mão de conceitos da Psicologia da Aprendizagem, da Personalidade, Social e Organizacional, para sugerir as possíveis razões do aparecimento deste fenômeno relativo ao comportamento de pessoas altamente qualificadas em organizações complexas e em que predominam configurações de poder de natureza meritocrática.

³Na verdade, eu os considero efetivamente como co-autores do presente texto. Mas é claro que não me atreveria a incluir seus nomes nesta condição, sem uma prévia submissão do presente texto à sua minuciosa aprovação.

⁴Mesmo que seja grande a vaidade, o individualismo ou o poder organizacional ou extra-organizacional de quem a propõe.

⁵Algumas ficam anos e anos em prolongada, dolorosa e negada agonia, mas no final se extinguem.

⁶Em comportamento organizacional, quando definimos ou estudamos grupos ou equipes de trabalho, geralmente não admitimos a possibilidade de que eles possam ser formados por uma pessoa trabalhando isoladamente.

⁷E, às vezes, organizações não são instituições.

⁸No sentido de “puxar rapidamente uma arma para se defender”.

⁹Fui examinar meu *Curriculum Vitae* na Plataforma Lattes do CNPq. Constatei que eu tampouco fiz isso!